

## **DO CAPITALISMO DE PRODUÇÃO À AGENDA NEOLIBERAL: UMA ANÁLISE PSICANALÍTICA DA SUBJETIVIDADE DO TRABALHADOR<sup>1</sup>**

Carlos Miguel de Lima<sup>2</sup>

Fernanda Oliveira Queiroz de Paula<sup>3</sup>

### **RESUMO:**

Por meio da análise do contexto que ficou conhecido como capitalismo de produção e de suas transformações até chegar à forma atual do neoliberalismo, o presente artigo examina como as relações de trabalho e a influência neoliberal afetam as subjetividades na sociedade pós-moderna ocidental. Isso ocorre através da promoção da competitividade, da insegurança e da sua agenda midiática, como fatores determinantes para o sofrimento do trabalhador. A partir da teoria marxista, da abordagem psicanalítica freudolacaniana e do pensamento de Christian Laval e Pierre Dardot, propõe-se uma análise de uma sociedade que, ao se deixar seduzir pelas promessas do mercado, vê seus limites se dissiparem. Promessas que se destacam em relação a outras formas simbólicas que identificam o sujeito, como a tradição, a família e a política. Pretende então, demonstrar que a patologização e a individualização são aliadas dessa estrutura que gera sofrimento. Na qual a psicologia se fez cúmplice ao longo de sua história, em mecanismos como a medicalização e o aumento de psicodiagnósticos, afetando o trabalho, através de noções como auto aprimoramento e patologias derivadas do espaço laboral. Entendendo que, ao analisar esse cenário, associado ao que fazer psicológico, pode-se compreender os impactos sobre as subjetividades.

Palavras-chave: Psicanálise. Capitalismo. Marxismo. Neoliberalismo. Subjetividade.

### **FROM PRODUCTION CAPITALISM TO THE NEOLIBERAL AGENDA: A PSYCHOANALYTIC ANALYSIS ABOUT WORKER'S SUBJECTIVITY.**

### **ABSTRACT:**

By analyzing the context known as production capitalism, as well as its transformations up to its current form, the neoliberalism, this article discusses how work relationship and neoliberal influence affect subjectivities in postmodern western society. This phenomenon occurs by the promotion of competitiveness, insecurity and media agenda, as they are determinants of workers

---

<sup>1</sup> Artigo de trabalho de conclusão de curso de Graduação em Psicologia do Centro Universitário Academia, na Linha de Pesquisa Psicologia e relações sociais, comunitárias e políticas.

Recebido em 30/10/2014 e aprovado, após reformulações, em 27/11/2024.

<sup>2</sup> Discente do curso de graduação em Psicologia do Centro Universitário Academia (UNIACADEMIA). E-mail: carlosmigueldelimaac@gmail.com

<sup>3</sup> Pós-Doutora em Teoria psicanalítica pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e docente do Centro Universitário Academia (UNIACADEMIA). E-mail: fernandaqueiroz@uniacademia.edu.br

suffering. Based on Marxist theory, Freudian-lacanian psychoanalytic approach and Pierre Dardot and Christian Laval's thought, it's proposed an analysis of a society that, when allows itself to be seduced by the promises of the market, sees its limits dissipate. Promises that stand out in relation to other symbolic forms that identify people, such as tradition, family and politics. The goal is to show that pathologization and individualism are allied to this structure that causes suffering and that psychology has been an accomplice throughout its history, in mechanisms like the medicalization and the growing numbers of psychodiagnostics, affecting work, because of self-improvement ideas and pathologies derived from work space. That way, by analysing this scenario, associated to how psychological work happens, it can understand the impact on subjectivities.

Keywords: Psychoanalysis. Capitalism. Marxism. Neoliberalism. Subjectivity.

## 1 INTRODUÇÃO

Ao longo do período conhecido como capitalismo de produção, a definição tradicional de trabalho foi transformada, de acordo com Karl Marx (2004) em trabalho alienado. O autor descreve esse processo em sua obra **Manuscritos Econômico-Filosóficos** de 1844, argumentando que a força de trabalho é colocada num local de mercadoria. Isso distanciou o trabalhador de seu produto, subordinando-o ao capital, diminuindo seu potencial interno e seu autoconhecimento.

Entretanto, a dinâmica do modo de produção capitalista sofreu diversas alterações desde seu surgimento até atingir seu estágio atual de capitalismo neoliberal, resultando em implicações significativas nas relações de trabalho e nas subjetividades. De acordo com Pierre Dardot e Christian Laval (2016), esse sistema produz uma nova racionalidade por meio de seus mecanismos de concorrência, gestão e controle do trabalhador, que acarretam uma individualização e intensificação do trabalho, uma precarização e desregulamentação do emprego, que geram novas modalidades de sofrimento psíquico aos trabalhadores e aos sujeitos. Isso ocorre através do desmonte de direitos, do fomento da ilusão de uma liberdade de escolhas e prazeres ilimitados, da substituição de identificações culturais e instituições primárias da vida humana por valores mercadológicos e consumistas, influenciados por uma agenda de marketing que visa moldar o modo de satisfação do trabalhador,

**CADERNOS DE PSICOLOGIA, Juiz de Fora, v. 7, n. 13, p.291-316, jul./dez. 2025 – ISSN 2674-9483.**

entre outras nuances. Segundo os autores, nessa estrutura que prioriza os interesses do mercado sobre o bem-estar social, o próprio trabalhador é reduzido à dimensão de mercadoria.

Segundo Marx (2004), sob a ótica capitalista, uma mercadoria que não tem utilidade, não tem valor e, se não tem valor, não se configura como trabalho produtivo, ou seja, não contribui para a geração de valor no contexto capitalista. Dessa forma, quando o trabalhador é convertido em mercadorias pelo regime neoliberal, essa mesma lógica se aplica a ele? Se sim, ao perder sua função e seu valor, o que sobra para esse trabalhador? A angústia decorrente da transformação do trabalhador em um objeto mercantil, juntamente com os novos mecanismos de controle e gestão, impacta seu sofrimento e a formação de sua subjetividade?

O Ministério da Saúde, em 2023, instituiu a Lista de Doenças Relacionadas ao Trabalho (LDRT), referentes as doenças que foram ligadas ao processo laboral, na qual o Capítulo V se destina aos chamados transtornos mentais e comportamentais. Percebe-se o reconhecimento estatal de que o trabalho, como é gerido atualmente, ocasiona quadros patológicos e sofrimentos cotidianos ao sujeito, o que instiga a pesquisa realizada, uma vez que, a partir da análise dos elementos históricos e sociais que transformaram o trabalho no que é atualmente, pode-se entender como sua estrutura é capaz de adoecer o sujeito, suas relações e ressignificar as subjetividades.

Ademais, pensando em quais os efeitos do advento do neoliberalismo nas subjetividades e no sofrimento do trabalhador, este artigo assume a visão de Marx (2004) acerca da cultura do capital, que, através da mistificação do trabalho no qual o sujeito cria sua realidade, dá rumo a sua existência, transforma-o numa determinação da propriedade privada e do capital, incidindo diretamente na formação subjetiva e no sofrimento humano.

A metodologia escolhida para a construção do presente estudo é a revisão bibliográfica, ou seja, uma revisão de literatura direcionada ao histórico do capitalismo, à ascensão do neoliberalismo e a psicologia, especificamente, à psicanálise. Para isso, foram utilizados livros, trabalhos, artigos, sites e monografias como fontes para a escrita desta pesquisa.

A escolha da revisão bibliográfica como método de pesquisa nesse estudo, se deu pela influência de Yolvi Ocaña-Fernández e Doris Fuster-Guillén (2021), que traduzem a revisão bibliográfica como sendo orientada pela seleção, análise, interpretação e discussão de obras científicas. Por causa do aumento na produção científica, passou a ocupar um lugar importante como metodologia, uma vez que se torna impossível revisar ou apenas ler toda a produção sobre um tema, seja pelo tempo ou custo, assim, obras que tenham como objetivo a revisão de um tema, abordando autores de diferentes épocas e áreas, se tornaram uma solução para que os profissionais se mantenham atualizados em relação as tendências e estudos de determinado assunto.

Assim, o método deste estudo é revisar e analisar as produções dos temas citados, a teoria marxista de trabalho, a concepção da subjetividade do neossujeito de Dardot e Laval, os aspectos históricos que conceberam o modelo atual e conceitos psicanalíticos, principalmente associados à Sigmund Freud e Jacques Lacan, com o objetivo final de buscar efeitos dessa conjuntura no exercício das subjetividades e no sofrimento do trabalhador.

A revisão bibliográfica realizada para o artigo é dividida então em três temáticas que centralizam os objetivos da pesquisa: análise da teoria marxista, do capitalismo de produção e sua visão sobre a mudança no trabalho; da definição do neoliberalismo, de um neossujeito e dos impactos dessa lógica no laço social; por fim, o cruzamento desses contextos com a psicanálise freudiana e a lacaniana, como ferramenta para a análise da psique do sujeito, frente ao contexto elaborado nas outras sessões.

## 2 A TEORIA MARXISTA E O TRABALHADOR

O objetivo dessa sessão é diferenciar a definição marxista do trabalho como relação homem-natureza, do trabalho como subordinação ao capital, denominado por Karl Marx no livro 1 de **O capital: crítica da economia política**, escrito em 1867, como *capitalismo de produção*. Posteriormente, buscaremos diferenciá-lo do capitalismo neoliberal contemporâneo.

Essa diferenciação aparece no livro **Manuscritos Econômico-Filosóficos** de 1844, no qual Marx (2004) apresenta o trabalho como intrínseco a **CADERNOS DE PSICOLOGIA, Juiz de Fora, v. 7, n. 13, p.291-316, jul./dez. 2025 – ISSN 2674-9483.**

humanidade, numa constante relação com a natureza, através do qual ele pode criar sua realidade. O trabalho seria um processo entre o homem, que desprende de sua corporeidade, com a natureza, que é transformada, a fim de se estabelecer uma forma útil, material para sua vida. Ao alterar a natureza, que ele modificaria também a si mesmo. Neste trabalho, de autogênese humana, o fim do processo é um resultado que já possui representação no campo das ideias, não uma simples alteração casual, mas ações orientadas por uma finalidade. O objeto desse trabalho e os meios pelos quais irá se realizar, tanto quanto seu resultado, pertencem àquele que o produziu.

Marx (2013) também define um trabalho que nomeia como estranhado, marcado pela subordinação ao capital, mas, antes de defini-lo, é importante apresentar-se o modo pelo qual se estabeleceu. No livro 1 de **O Capital: crítica da economia política**, o autor afirma que um dos fatores definidores das sociedades capitalistas é o acúmulo de mercadorias, objetos externos que satisfazem certas necessidades do homem. Assim, a utilidade deste objeto constitui nele um valor de uso, como sua própria matéria-prima, e é este apreço em relação a sua função que representa o conteúdo material da riqueza. Contudo, o valor de troca da mercadoria não perpassa necessariamente pela sua qualidade ou para que foi idealizado, mas é uma proporção, na qual os valores de uso de diferentes objetos são trocados pelo homem.

Conforme a sociedade capitalista avança e a lógica do uso cai em desuso frente a proporção da troca, segundo o marxismo, resta nas mercadorias um único elemento em comum, de serem frutos do trabalho humano. Ao retirar as qualidades sensíveis do produto, impossibilita-se sua distinção pelas suas características, se tornam reduzidos a um trabalho abstrato, ou seja, representam apenas que houve aplicação de força de trabalho para sua produção. Passa-se, então, a definir a utilidade da mercadoria através da sua objetivação no trabalho humano abstrato, da quantidade de trabalho contida em sua criação. Assim, segundo o autor, o importante seria então a transferência desse produto a um outro, que irá utilizá-lo, colocando o trabalho na mesma posição inicial da mercadoria, avaliado pela qualidade e finalidade. Não há valor sem uso, uma vez que, se é inútil a mercadoria, também é o trabalho nela contido, sendo assim, não é trabalho nem cria valor (Marx, 2013). **CADERNOS DE PSICOLOGIA, Juiz de Fora, v. 7, n. 13, p.291-316, jul./dez. 2025 – ISSN 2674-9483.**

Marx (2013) então aponta que a primeira forma de manifestação do capital, o dinheiro, surgiu através da produção e circulação das mercadorias, quando se abstrai a troca de valores de uso e considera-se apenas as formas econômicas que esse processo concebe. Entretanto, essa troca de mercadorias, sua circulação, não justifica a mudança do dinheiro, que paga o preço da mercadoria e se estagna no seu próprio valor, para o dinheiro como capital. O possuidor do dinheiro então, acha uma mercadoria que, em seu próprio valor, inclui ser uma fonte, seu consumo, ser objetivação de trabalho, e essa mercadoria é a própria força de trabalho do homem (Marx, 2013).

A teoria marxista aponta que, para que isso ocorra, o empregador deve ser proprietário da força de trabalho, ou seja, o trabalhador tem que estar à disposição de seu patrão, para que sua capacidade de trabalho possa ser colocada à venda por aquele que lhe emprega. Quando esse encontro mercadológico se efetiva, é salientado que se trata de uma relação de compra e venda, entre iguais possuidores de mercadoria, sendo, então, pessoas juridicamente iguais. Estes se colocam num processo de continuidade e nunca de venda única, uma vez que a força de trabalho deve ser vendida em etapas, para que o homem venda seu trabalho sem renunciar seus direitos de propriedade sobre si (Marx, 2013).

Segundo Marx (2013), o trabalhador que vende sua força, sem acesso aos meios de produção, as matérias-primas para a execução do processo, fica de mãos atadas ao possuidor do dinheiro, uma vez que suas necessidades só podem ser satisfeitas, se realizar a objetivação do seu trabalho no dinheiro, sendo seu esforço, a única mercadoria que consegue vender para se sustentar e o dinheiro, o produto que necessita para sua subsistência.

No processo do capitalismo, o trabalhador passou a não receber o que representava o valor total do seu trabalho, assim, o autor desenvolve o conceito de mais-valor, como aquilo que é resultado do trabalho braçal, mas não retorna a quem exerceu a força, e sim ao capitalista, uma quantidade de trabalho excessiva que tem como objetivo enriquecer o empregador com um trabalho que não é desprendido dele (Marx, 2013). Sendo assim, o trabalhador se tornaria mais pobre quanto mais riqueza criar, enriquecendo aquele que detém sua força e os meios para produzir, o que pode colocá-lo na posição de

**CADERNOS DE PSICOLOGIA, Juiz de Fora, v. 7, n. 13, p.291-316, jul./dez. 2025 – ISSN 2674-9483.**

servo do seu objeto de trabalho na medida que o perde, através da sua objetivação. Seu produto se torna o trabalho, o esforço, que se fixou em um objeto, o que acaba desefetivando o sujeito, tornando-o ferramenta e não agente naquele processo (Marx, 2004). O autor disserta então que, o trabalhador, quanto mais objetos produz, menos possui a si e se torna mais dominado pelo capital, o que aponta o porquê dessa apropriação do objeto aparecer como um estranhamento, alienação. Estaria nessa realidade, de que o produtor se relaciona com o fruto de sua produção por um objeto estranho, a característica própria do trabalho subordinado ao capital.

Marx (2004) afirma que, a partir do aumento do desgaste no ato de trabalhar, mais forte aparece o mundo objetivo, mais fraco se torna o mundo interior e o trabalhador pertence cada vez menos a si próprio. As mudanças que ocorreram no trabalho fizeram com que o produto se distanciasse do homem que o produz, e quanto maior é esse produto, menor é ele mesmo. Exteriorizando-se em seu produto, o trabalho não só se torna um objeto, mas passa a existir fora dele, uma potência autônoma, estranha a ele (Marx, 2004).

Pode se observar que, no período em que viveu o autor, as mudanças na experiência do trabalho já causavam sofrimento, pelo ato de aliená-lo e consumi-lo, na medida que é dedicado em um produto estranho, que não lhe é construtivo. A seguir, o estudo analisa alguns dos aspectos do trabalho e da sua vivência na atualidade, assim como sua lógica denominada neoliberal, para, posteriormente, integrar o olhar psicanalítico.

## 2.1 RACIONALIDADE NEOLIBERAL E SUBJETIVIDADE: ADVENTO DE UM NEOSSUJEITO?

Para situar uma análise psicanalítica acerca do neoliberalismo e dos seus efeitos nas subjetividades, faz-se necessário especificar que esse regime econômico e político, assim como, a racionalidade que ele engendra, vigora em laço social denominado como pós-moderno. Segundo Lyotard (1991), o período sócio-histórico denominado modernidade, era regido pelo racionalismo, pela objetividade, pela crença nas metanarrativas, que são explicativas e abrangentes, pela busca por verdades universais e absolutas. A modernidade

**CADERNOS DE PSICOLOGIA, Juiz de Fora, v. 7, n. 13, p.291-316, jul./dez. 2025 – ISSN 2674-9483.**

adveio do corte operado pelo advento da ciência moderna com o antigo regime e com a separação da igreja e estado, que acarretou como consequência o nascimento da família tradicional burguesa como representante da sagrada família. Nesse contexto, apesar de vigorar o discurso científico e a religião ser uma questão de consciência individual e não de imposição governamental, o discurso da tradição ainda funcionava como uma metanarrativa coletiva, organizando as estruturas familiares e sociais. De acordo com Lyotard (1991), a pós-modernidade designa uma ruptura com essa lógica, pois seu advento está ligado ao desencanto com as grandes narrativas e metanarrativas, especialmente a partir do final da década de 1960 e início da década de 1970. Esse período é marcado por movimentos de contracultura, pela revolução digital e pelo neoliberalismo que, segundo o autor, fomentaram uma fragmentação da dimensão simbólica do conhecimento, dos laços geracionais e a ascensão da crença do utilitarismo e da produtividade como novos organizadores do laço social.

No artigo “Neoliberalismo, sofrimento e indiferença”, Cleyton da Silva Oliveira (2022) caracteriza o neoliberalismo como a denominação do capitalismo pós 1970, que associa o estranhamento do trabalho com maneiras contemporâneas de controle e gestão do trabalhador, introduzindo a competição no mercado de trabalho, o que influencia o sujeito a duvidar sobre a sua própria sobrevivência e o coloca num papel de algoz e de vítima dos novos modelos de sofrimento.

No livro **A nova razão do mundo**, de Christian Laval e Pierre Dardot (2016), os autores identificam o neoliberalismo, antes de ideológico ou político, como uma racionalidade, que, por o ser, apresenta uma tendência a estruturação e organização, dos governantes e de seus governados. Segundo os estudiosos, essa nova forma de estruturação seria a *razão do capitalismo contemporâneo*, na medida em que não se restringe a uma política econômica, mas, funcionaria como uma norma geral da vida humana atual, configurando-se como uma racionalidade que afeta vários aspectos da vida social, cultural e subjetiva.

Segundo Oliveira (2022), a racionalidade neoliberal se amplifica e incide nas mais diversas relações, sociais, empresariais, governamentais, **CADERNOS DE PSICOLOGIA, Juiz de Fora, v. 7, n. 13, p.291-316, jul./dez. 2025 – ISSN 2674-9483.**

institucionais e internas dos sujeitos, acarretando efeitos de moldagem das subjetividades. O neoliberalismo funciona então como uma modificação extrema em relação ao funcionamento e meio de governo do capitalismo. Isso perpassa por uma alteração da visão de mercado como algo natural, para algo que pode ser construído pelo sistema. Assim, com a intervenção do Estado, que se organiza e organiza a sociedade em uma nova norma, cria-se essa racionalidade, norma esta que seria o novo modelo de mercado, não mais centrado nos valores de uso e troca, mas sim em suas relações de concorrência.

Oliveira (2022) afirma que, através de suas normas e instituições, o Estado insere essas relações de concorrência nas dimensões da vida humana, principalmente por meio do desgaste e abandono dos sistemas de proteção social, privatização das empresas e demais serviços estatais e por um desajustamento do mercado econômico e do trabalho. Nas últimas décadas, essa racionalidade neoliberal gerou processos de informalização do trabalho, para que o mais-valor fosse elevado e expropriado do trabalhador.

Observa-se que a sociedade capitalista pós-moderna ocidental se absteve e se abstém diante do sofrimento social pela crença em sua impotência, o que leva à desmobilização política contra o neoliberalismo e seus efeitos. Além daqueles que não se posicionam frente aos efeitos da lógica neoliberal, há os que trabalham para a ampliação e longevidade desse sistema. Isso ocorre por causa do elemento primordial do controle e gestão no âmbito laboral, o medo, que não só direciona o sujeito a se docilizar frente as novas imposições do capital, como também a cooperação destes para com a estrutura que provoca seu sofrimento (Oliveira, 2022).

Dardot e Laval (2016) apresentam o que acreditam ser uma das maiores constantes do discurso neoliberal: a crítica a uma dependência em relação ao assistencialismo, construída a partir de um auxílio, concedido pelos sistemas de assistência social, em relação ao seu custo, sua eficiência e seu valor moral inferior, quando comparado com as soluções possíveis através do mercado. Esse desmonte de direitos, primordialmente de assistência social, se relaciona com outro discurso neoliberal, de que essa assistência é um obstáculo para o desenvolvimento individual, que acomoda e prejudica o funcionamento do

**CADERNOS DE PSICOLOGIA, Juiz de Fora, v. 7, n. 13, p.291-316, jul./dez. 2025 – ISSN 2674-9483.**

capitalismo. Sendo assim, sem proteção pública, num maior estado de vulnerabilidade social, os sujeitos se desenvolveriam mais para garantir sua segurança no mundo. Portanto, o Estado, através da precarização de seus serviços e de sua capacidade de gerenciá-los, justifica a transferência aquisitiva ao mercado, com privatizações que, em questão comercial, de valor, favorecem as empresas que adquirem o serviço.

Além do princípio da concorrência, Dardot e Laval (2016) escrevem sobre o empreendedor e o empreendedorismo, tanto do liberalismo clássico, quanto do neoliberalismo. Oliveira (2022), em seu artigo, aborda também esse tema, relacionando a queda da proteção social pública com o enfraquecimento simbólico da figura paterna. A confiança se torna desconfiança e a solidariedade é diminuída frente ao egoísmo, criando um cenário no qual o sujeito deve se proteger, sozinho, de tudo e todos. É inserido em um mercado competitivo no qual somente ele deve tomar as decisões acerca da sua vida e trajetória, sendo o único responsável pela sua sobrevivência, assumindo riscos e sendo forçado a gerenciar a si mesmo, como um verdadeiro *capital humano*, que precisa ser valorizado, trabalhado, investido. Caso se recuse, passa a se submeter ao risco de não desenvolver as capacidades que o mercado exige, perdendo para seus competidores e sendo excluído daquela oportunidade. Assim, ser empreendedor de si é acatar por inteiro os compromissos em relação ao seu destino, com uma constante dúvida do amanhã e riscos frequentes. Recusar sua participação nesse “jogo” competitivo, seria não só um risco para si, mas uma imoralidade, enquanto se engendrar na lógica neoliberal representaria um sujeito maduro que entende suas obrigações.

Segundo Dardot e Laval (2016), há a criação de um *neossujeito*, que, influenciado pela competição, busca constantemente as melhores oportunidades, avaliando o custo-benefício econômico, de investimento e retorno. Esse novo indivíduo seria construído em torno da concorrência e do empreendedorismo, que são meios da lógica neoliberal reconfigurar a subjetividade do sujeito e a maneira como se relaciona com outros e consigo (Dardot; Laval, 2016). Este, tem sua conduta conduzida pelas avaliações frequentes que individualizam os objetivos, recompensas e punições do sujeito no seu trabalho, de forma quantitativa, ou seja, ocorre uma valorização daquilo

**CADERNOS DE PSICOLOGIA, Juiz de Fora, v. 7, n. 13, p.291-316, jul./dez. 2025 – ISSN 2674-9483.**

que é numérico, que não corresponde diretamente ao esforço despendido para sua realização. Essa valorização objetiva leva o trabalhador a experimentar o sentimento de insuficiência diante dos desafios que lhe são dados, cada vez maiores, independentemente da quantidade de força ou sacrifícios que fez, o que pode direcionar, engendrar sentimentos depressivos. Como se não fosse o suficiente sua autocobrança e a cobrança interna mercadológica, o trabalhador que não resiste em aguentar a impiedade da competição muitas vezes pode ser taxado como fraco, sua falha passa a ser considerada patológica, a ser tratada por medicações psiquiátricas, o que demonstra o lugar da Psicologia e da patologização na produção da subjetividade neoliberal (Oliveira, 2022).

Dardot e Laval (2016) trazem que essa reconfiguração da subjetividade, só seria possível se o trabalhador permanecesse com medo de perder sua posição, pois, apesar de desvinculado dos meios de produção e do produto, ainda existiriam outras oportunidades de trabalho. Em outras palavras, para que ocorra essa alteração da subjetividade, ele deveria sentir, de maneira constante, a ameaça do desemprego, logicamente, uma ameaça a sua sobrevivência, o que elevaria exponencialmente a concorrência entre os pares. Atualmente, como aponta Oliveira (2022), o trabalho não oferece segurança, não é possível prever a trajetória da carreira e o dia seguinte, tornando os empregados cada vez mais dependentes dos seus empregadores, sendo assim, há a marca da instabilidade e da insegurança na vida de maneira não antes vista, o que afeta diretamente os projetos pessoais, profissionais e o lazer, dificultando a criação de laços sociais solidificados entre os sujeitos. A ameaça do desemprego se torna então outra estratégia de controle sobre o trabalho, não só pelo seu aumento e pelo crescimento da produtividade, mas também pela diminuição da solidariedade, que incide na política, reduzindo drasticamente a possibilidade de luta coletiva. Ao produzir o aumento do risco, ao reduzir a capacidade de resistência dos explorados, as empresas criam um cenário mais favorável para tentar impor noções de disponibilidade e comprometimento ainda maiores nos seus funcionários.

Assim, o trabalhador, já desvinculado do trabalho autoconstrutivo, preso a uma atividade estranha, perde também seu senso de coletividade e ainda mais, **CADERNOS DE PSICOLOGIA, Juiz de Fora, v. 7, n. 13, p.291-316, jul./dez. 2025 – ISSN 2674-9483.**

se encontra rodeado de competidores que podem assumir seu lugar caso não se esforce tanto quanto o que seu empregador lhe exige. Se desconecta do coletivo e de si, num sentimento infundável de insegurança e medo pelas suas decisões e sua subsistência, já que são suas responsabilidades, seu fracasso só representaria sua fraqueza e sua incapacidade de se autogerir, seu tempo é mastigado pelo trabalho, quando está dentro ou fora dele, tudo isso engrandecendo sentimentos depressivos e ansiosos enquanto diminui-se seu conhecimento acerca de si (Oliveira, 2022).

A partir de Oliveira (2022) observa-se a emergência de novos efeitos subjetivos na sociedade neoliberal, que se trata dessa nova modalidade de controle do indivíduo, não mais focada na disciplina coercitiva, para adestrar os trabalhadores, em direção a atividades mecânicas repetitivas e sem sentido, agora, direcionada ao domínio do sujeito que possui sua subjetividade investida na função que cumpre. Portanto, é necessário que se faça uma racionalização do desejo, que relacione como ele se governa a como é governado, ou seja, é aparentemente livre para tomar suas decisões, sem outro diretamente controlando-o, assumindo para si as responsabilidades para atingir seus objetivos. Entretanto, espera-se que trabalhe para a empresa como se trabalhasse para si, o que mascara a verdadeira distância entre aquele que é explorado pelo seu trabalho e aquele que o explora.

A mudança não é só essa, já que a política sobre o trabalhador não é mais conformista, a estabilidade e o equilíbrio não são mais visados, procura-se a eficiência máxima, tomada de riscos, adaptação as variáveis do mercado, enquanto diminuem-se as garantias e proteções ao trabalhador (Oliveira, 2022). Acontece que esse fenômeno está diretamente relacionado ao mais-valor, uma vez que repercutiu diretamente na estrutura que incentiva o trabalhador a buscar além de si, através da exigência de um engajamento subjetivo desgastante, que não lhe enriquece e que se tornou política obrigatória das diversas corporações afetando, assim, o estado psicológico do trabalhador (Dardot; Laval, 2016).

Segundo Dardot e Laval (2016), essa liberdade em relação ao eu, a busca pelos prazeres, escolhas, que obrigam o sujeito liberal a se fundamentar em si mesmo, não mais nas tradições, o afastam dos princípios éticos e as proibições

**CADERNOS DE PSICOLOGIA, Juiz de Fora, v. 7, n. 13, p.291-316, jul./dez. 2025 – ISSN 2674-9483.**

passam a se tornar vagas frente ao gozo infinito e ilimitado. Sendo assim, a cada dia o sujeito neoliberal é convidado a alterar algo que lhe constitui, num momento troca-se de carro, noutro de parceiro, de profissão, de círculo social, a partir das suas vontades. Ocorre, portanto, uma espécie de dessimbolização do mundo, ou seja, um enfraquecimento simbólico de instâncias que constituem o sujeito, a partir da sua instrumentalização pela lógica capitalista, as identificações de cargos e funções, assim como as de consumo com marcas, publicidades e empresas, passam a ter mais prestígio e atenção quanto aquelas ocupadas pela família, pelo reconhecimento pessoal, o que torna as identidades ideais extremamente cambiáveis do eu, em constantes trocas e transformações. Essa manipulação identitária feita pelo aparelho econômico transforma, então, as identidades em produtos consumíveis, e não só essa fluidez dos ideais, como traz também a ilusão de onipotência sobre o material e o orgânico, a partir da substituição das interdições e limites pelo universo quantitativo, mercantil, que induz o sujeito a se remeter a si, oscilando eternamente por tentações apresentadas pela ordem social, perdido pela falta de uma intervenção amparada nos valores sociais (Dardot; Laval, 2016).

### **2.1.1 Uma análise psicanalítica acerca do neoliberalismo.**

Na análise que Dardot e Laval (2016) realizam do impacto do neoliberalismo sobre a subjetividade pós-moderna, os autores aprofundam suas reflexões acerca do que denominaram como “neossujeito”, considerando que este não responde mais a lógica edipiana de estruturação subjetiva. Eles argumentam que a racionalidade neoliberal engendra a crença em uma autonomia do indivíduo dissociada dos vínculos de sua estrutura familiar. Outro efeito dessa racionalidade, segundo os autores, seria o desmantelamento das estruturas familiares e sociais tradicionais, que até a modernidade operavam como uma organização coletiva dos laços geracionais. Os autores interpretam o complexo de Édipo como uma dessas estruturas tradicionais da organização subjetiva, que historicamente influenciava a formação do sujeito.

Segundo Freud (1924) o pai possuía a função simbólica de agente da castração, de interditar o gozo incestuoso e orientar o desejo. Dessa maneira, **CADERNOS DE PSICOLOGIA, Juiz de Fora, v. 7, n. 13, p.291-316, jul./dez. 2025 – ISSN 2674-9483.**

o pai seria o operador responsável no complexo de Édipo pelo enlaçamento entre as pulsões e as exigências civilizatórias através do recalque dos desejos incestuosos infantis. Esta operação encaminhava os sujeitos nas veredas da lei e do desejo, ao propiciar o abandono do investimento libidinal dos objetos edípicos em prol dos objetos disponíveis na cultura. Em outras palavras, a travessia edípica pode engendrar efeitos sublimatórios aos sujeitos neuróticos. Assim, além do recalque, Freud (1915) situa a sublimação, como outro destino da pulsão frente a moral sexual civilizada. –Segundo o autor (Freud, 1908) o sujeito responde a essa moral com uma intensa produção cultural e científica.

Para Freud (1929-30), o mal-estar na modernidade era relativo ao antagonismo entre pulsões e civilização. As exigências de renúncia pulsional proveniente da “moral sexual civilizada” (Freud, 1908) tinha como resposta a “doença nervosa moderna” (Freud, 1908). A neurose era uma resposta subjetiva ao recalque das pulsões sexuais e os sintomas se estruturavam como satisfações substitutas da sexualidade recalcada, isto é, do desejo inconsciente.

Lacan conduz seu retorno à Freud formalizando o complexo de Édipo ao lugar de estrutura e alça a função paterna nas vias da linguagem como uma função simbólica, regida por um significante com uma função metafórica, de substituição, separação e diferenciação dos lugares. Para a psicanálise de orientação freudo-lacanian, a função paterna se mostra essencial no desenvolvimento humano, por sua ação de proibir o incesto e encaminhar o sujeito para o ingresso na cultura, dando um direcionamento para a travessia do complexo de Édipo e internalizando a lei. Entretanto, como mostra Leticia Fiorini em seu texto, “Desconstruindo o conceito de função paterna: um paradigma interpelado”, de 2015, a dita função paterna nada é realmente do pai, mas sim uma operação simbólica, que pode ser realizada por terceiros e pela própria função materna, portanto, sugere o termo função terceira, que não se refere a quem a exerce ou seu gênero. Segundo a autora:

Poderá ser exercida e o é de fato por pais e/ou mães ou outros substitutos, mas não depende de que um Pai com maiúscula introduza a Lei em outros, mas de que cada um possua suas próprias reservas simbólicas para exercer e introduzir uma legalidade que está além de uma figura proposta por uma determinada organização

sociocultural e discursiva, ainda na sua vertente metafórica (Fiorini, 2015).

Sendo assim, a partir desse ponto, irá se utilizar função terceira para se referir ao conjunto de comportamentos que media a entrada do sujeito na cultura, numa forma de evitar que as demais parentalidades sejam desconsideradas e corroborar com o pensamento da autora, de que há, no termo original e no contexto do século XXI, uma conotação patriarcal, uma vez que a figura de um Pai, em maiúscula, não é o elemento crucial para a existência dessa figura terceira. A construção de um saber psicanalítico que considere as identificações de gênero, sexualidades e diferentes formas de construção familiar pode ser um dos caminhos para entender como a lógica neoliberal afeta essa função terceira (Fiorini, 2015).

No artigo “Sobre a metáfora paterna e a forclusão do nome-do-pai: uma introdução”, escrito por Heloísa Ramirez, em 2004, explica-se essa mediação pelo Nome-do-pai, que se daria, pela teoria lacaniana, no segundo e no terceiro tempo do Édipo, quando a função terceira se apresenta na relação função materna – bebê, interrompendo a simbiose da díade e criando o questionamento, no infante, de ser ou não o único objeto de desejo da outra parte simbiótica, que a satisfaz. Por meio da percepção de um rival, um outro objeto de desejo da figura que está ligado, e que lhe priva dessa ligação, surge a frustração, o que a insere no registro da castração e prepara o terceiro tempo edípico, no qual a criança reconhece que deve investir libido em outros objetos.

No cenário contemporâneo, segundo Dardot e Laval (2016), a figura paterna se torna estranha, afastada da sua autoridade e função por sua incapacidade de se adequar a última tendência do mercado ou por não receber dinheiro o suficiente. Ocorreria então, do ponto de vista psicanalítico, uma fragilidade ou indisponibilidade para o exercício da função paterna, de desligar simbolicamente o sujeito do desejo da mãe, colocando-o na posição de um sujeito mediado pelo Nome-do-pai (Dardot; Laval, 2016). A partir disso, os autores apresentam a tese de Gilles Deleuze e Félix Guattari, de que o discurso capitalista seria responsável pelo que chamam de uma psicotização das massas, pois os valores mercadológicos podem espantar o sujeito de exercer a função terceira, o que ocasionaria na perda de sua autoridade e este

**CADERNOS DE PSICOLOGIA, Juiz de Fora, v. 7, n. 13, p.291-316, jul./dez. 2025 – ISSN 2674-9483.**

se tornaria indisponível em sua função, o que pode gerar a incompletude do processo do Édipo e manter a simbiose da díade, o que é uma das determinações da psicose. Essa psicotização se estenderia, uma vez que as formas simbólicas, não só da instância familiar, mas também religiosa, política, cultural, estariam cada vez mais sufocadas pelas formas do mercado e suas promessas (Dardot; Laval, 2016).

Essa desautorização repercute numa alteração na relação típica do neurótico com seu desejo, o objeto de prazer, antes por meio da inadequação, agora marcada por uma ilusão de gozo total, que torna essa relação com o objeto perversa, mas não sua estrutura, afinal, tudo se negocia, se compra e tem preço, mas como tudo é possível, tudo é inseguro, pois nada é lei para o sujeito e para os outros. Esses rompimentos com os antigos valores familiares e de outras instâncias interessam a expansão econômica que, para exponenciar seu crescimento, precisa apagar essas barreiras, criando indivíduos ávidos pelo gozo sem limite e viciante. E quanto mais o simbólico e a alteridade declinam, mais o desejo corre o risco de se afundar na mediocridade da inveja dos bens alheios, e quanto mais esse vício mercantil cresce, o próprio sujeito se aproxima de ser objeto, que poderá ser largado e esquecido caso perca a eficiência e a capacidade de produzir economicamente (Dardot; Laval, 2016).

Essa nova subjetivação neoliberal implicaria também uma relação de gozo obrigatório com outros, uma relação de objetualização, ou seja, si próprio e o outro não seriam nada além de seu valor de gozo, sua capacidade de render um benefício. A objetualização se divide em três registros, um, no qual os sujeitos provam seu valor enquanto recurso humano, por mediação da lógica empresarial, sendo consumido por esta para que produza lucro; outro, que se refere a como o compromisso com a cultura do desempenho modifica as relações, transformando o outro num objeto a ser possuído e transformado para que alcance sua satisfação; um terceiro, que enfatiza o papel das estratégias de marketing no consumo do sujeito, que busca nas mercadorias um gozo que se afasta enquanto o sujeito se destrói para atingi-lo (Dardot; Laval, 2016).

Dardot e Laval (2016) concluem que toda essa lógica neoliberal tem uma influência na subjetividade muito alta, pois a perversão que se identifica na clínica, não se refere a perversão enquanto uma estrutura psicopatológica, mas a que diz respeito ao consumo de outros sujeitos como objetos, que podem ser descartados quando não forem mais necessários. Este teria se tornado o novo modelo que rege as relações sociais contemporâneas, uma vez que os derrotados sofrem por sua incapacidade, enquanto os vencedores apresentam a tendência de causar sofrimento naqueles que assegura seu domínio, seus objetos. A lógica neoliberal tenta então instaurar um mundo sem limites, na qual o gozo é ilimitado, para que o incentivo à perversão, cotidiano da estrutura de competição, encontre uma forma de expansão gigante, o que ocasionaria nessa maneira de se relacionar (Dardot; Laval, 2016).

O autor Lebrun (2010) evoca a tese de uma *perversão comum* no laço social contemporâneo, a partir de uma casuística extraída da sua experiência clínica. De acordo com o autor a lei que vigora na contemporaneidade é a lei do mercado generalizado, que dispensa a relação com o outro, protege-se da transcendência e do lugar da autoridade, que é o lugar de exceção. No mundo globalizado, os valores universais tendem a ser reduzidos a “valores das Bolsas”. Dessa configuração decorre a ascensão da lei do mercado, em detrimento do limite, da diferenciação dos lugares, da lei simbólica.

Surge no laço social contemporâneo o que Lebrun chamou de “uma nova perversão”: “a busca do objeto positivado é o que constitui a economia coletiva perversa” (Lebrun, 2010, p. 46). Dufour e Lebrun, defendem a tese de que vivemos em um laço social no qual a perversão impera e o sujeito tenta escamotear a falta através do objeto de consumo fetiche. Dessa maneira, os dois autores convergem à ideia de uma ascensão de uma nova modalidade de gozo que rejeita a castração e rompe com a dependência a ordem simbólica. Eles também destacam que essa nova configuração do laço social engendra efeitos subjetivos aos sujeitos e o surgimento de uma nova subjetividade.

Freud (1929-30), em seu texto **O mal-estar na civilização**, coloca que o homem desenvolve a neurose na medida que não suporta as privações impostas, pela sociedade, que protegem os ideais que valoriza. A partir daí o autor faz uma comparação, do processo civilizatório humano e o

**CADERNOS DE PSICOLOGIA, Juiz de Fora, v. 7, n. 13, p.291-316, jul./dez. 2025 – ISSN 2674-9483.**

desenvolvimento sexual do sujeito, apresentando algumas semelhanças entre suas etapas.

Em **Totem e tabu**, Freud (1913) afirma que o surgimento da cultura estaria relacionado com uma violência originária, baseada na representação do chefe tribal como um totem, que era violento e expulsava ou eliminava seus filhos para manter as mulheres do grupo para si. O psicanalista define totem como um animal, que apresenta perigo ou não, ou como uma planta ou força da natureza, que apresenta uma relação única como todo o clã, sendo seu ancestral comum e um espírito protetor, auxiliar. A conexão com esse totem seria o ponto inicial das obrigações sociais da tribo, se colocando acima da própria relação tribal e de parentesco.

Freud (1913) diz que a partir dessa visão de um líder totalitário, os irmãos se juntariam e o assassinariam, consumindo-o em um banquete antropofágico. Após isso, instaura-se a lei, que organiza a sexualidade e as relações sociais na medida que impele o processo de identificação entre os membros do clã, que assumem o compromisso de não ocuparem o local daquele senhor totêmico. Esse crime primitivo uniria os membros da sociedade, pelo sentimento de culpa pelo assassinato, pelo pacto de não repetição do padrão de comportamento do totem e do respeito as normas sociais, permitindo com que os membros de reconhecessem uns nos outros, uma vez que são regidos pela mesma lei. Para o autor, a partir do sentimento de culpa, a força do totem morto seria maior que a do vivo, não só pela culpa, mas pela disputa instaurada pós sua eliminação, na qual os irmãos seriam rivais no que tange às mulheres que antes pertenciam ao pai, dessa forma, sua lei em relação ao incesto, a exogamia, se manteve, uma vez que, se essa disputa entre os membros acontecesse, toda a recém organização seria perdida.

Seguindo na teoria freudiana, esse primeiro momento da cultura, o totemismo, insere no social uma característica da relação familiar, a proibição em relação ao objeto incestuoso, mas é lançando mão de leis, tabus e demais restrições. A quantidade de liberdade sexual que resta seria variável, pela estrutura econômica da sociedade, que retira da sexualidade uma quantidade de energia psíquica, que lhe são necessárias (Freud, 1913).

As restrições quanto a sexualidade são um dos dispositivos que a cultura, a partir de Freud (1913), se utilizaria para amenizar uma inerente agressividade do ser humano, que não veria no outro só o objeto sexual ou um afeto, mas uma oportunidade para saciar seu sentimento de agressão, ao explorar o trabalho, abusar, causar dor, matar. A civilização recorreria, então, para conter a agressividade e suas hipérboles, a própria violência, destinada aqueles que infringiram as normas estabelecidas. O autor então argumenta que, diante de tais imposições da cultura, compreende-se a infelicidade humana, pois, de um lado, o sujeito primitivo não sentia limitações aos seus instintos animais, entretanto, não dispunha de proteção para aproveitar tal liberdade; do outro, o homem civilizado, que trocou essa liberdade por maior segurança. Freud salienta que, o sujeito primitivo só era livre em seus instintos se fosse o chefe, o pai totêmico, enquanto os outros viviam submissos a sua vontade, demonstrando que a oposição, entre uma minoria que desfruta e uma maioria que é alienada do privilégio foi elevada à diversas potências na atualidade.

Freud (1913) questiona-se sobre como a cultura inibe essa agressão que a ameaça, recorrendo ao desenvolvimento humano e, essencialmente, à formação do superego, por meio da introjeção da agressividade no próprio eu, que se opõe as demais instâncias como uma consciência, que lhe inflige a agressividade que gostaria de direcionar ao mundo e aos outros, nomeando a relação entre essas instâncias como consciência de culpa, manifestada no sentimento de que precisa ser punido, a cultura então maneja a agressividade do sujeito por meio de uma vigilância interna.

Segundo Freud (1929-30), cultura totêmica seriam as restrições, colocados uns sobre os outros, para que se mantenha o estado recém conquistado. Para o autor, a vida humana teria sido então fundamentada em dois fatores: numa compulsão pelo trabalho, que nasce de sua necessidade de melhorar sua vida e o mundo ao seu redor, utilizando-se do seu esforço físico e mental, e pelo poder do amor, da figura terceira que não se desvinculava de seu objeto sexual, que por sua vez se mantinha ligada ao que gerou e pariu. O autor afirma que a civilização desenvolveria seu superego, que rege a sua evolução e que, como no sujeito, implica em exigências, que, se não realizadas, culminam na punição da angústia de consciência. Indaga então o autor que, se

**CADERNOS DE PSICOLOGIA, Juiz de Fora, v. 7, n. 13, p.291-316, jul./dez. 2025 – ISSN 2674-9483.**

a evolução cultural é tão similar à do homem e trabalha com recursos parecidos, não seria justa a afirmação de que muitas culturas, em seus determinados períodos e locais, desenvolveram as neuroses por influência do próprio processo civilizatório?

A partir dessa concepção, Raul Albino Pacheco Filho (2005), explica, em seu artigo “O capitalismo neoliberal e seu sujeito”, que essa identificação entre o clã seria a premissa inconsciente de movimentos como o nazismo alemão e os fascismos, forma como construíram suas noções de inclusão e exclusão. O aparato ultradireitista neoliberal, que sobrepõem a nação ao povo, utiliza da segregação e agressão direcionada aqueles que são diferentes, que não são legitimados dentro da comunidade. Os problemas apresentados pelo Estado e pelo país seriam cometidos por esses, ditos diferentes, seja por causa da etnia, sexualidade, gênero, religião ou posicionamento político.

Essa realidade não se encontra somente nos citados estados autoritários, mas também no capitalismo neoliberal, que apresenta inúmeros casos de racismo, misoginia, LGBTQIAPN+ fobia, intolerância religiosa e política, ademais, não se encontram só no âmbito ilegal, já que propostas governamentais de cunho neofacista aumentaram sua aceitação pública nos últimos anos com a mesma prerrogativa: de que seriam respostas para resolver embates sociais e trazer soluções para os empecilhos da nação (Filho, 2005). Por meio do pensamento freudiano acerca do totemismo e da compreensão feita por Raul Filho, interpreta-se que o neoliberalismo age como um senhor totêmico, que rege os trabalhadores com sua lei, ainda que não seja da forma direta tribal, como uma força invisível que impele as subjetividades a se adequarem aos seus moldes, criando um clã que se identifica com suas características e diferentes, que são segregados, eliminados ou inferiorizados por não serem legitimados pela lógica neoliberal.

Na obra **Neoliberalismo como gestão do sofrimento psíquico**, organizada por Christian Dunker, Nelson Junior e Vladimir Safatle (2023), discute-se como o capitalismo passa por uma mudança, deixa de proteger e dar narrativas ao sofrimento, para administrá-lo, com o intuito de aumentar a produtividade. Cria-se uma lógica de aprimoramento na psiquiatria e na psicologia, mudam-se termos, de doença para transtorno, de problema de **CADERNOS DE PSICOLOGIA, Juiz de Fora, v. 7, n. 13, p.291-316, jul./dez. 2025 – ISSN 2674-9483.**

virilidade masculino para disfunção erétil, retirando as questões morais e substituindo-as por mecânicas, no sentido de que, as medicações e os acompanhamentos, não são apenas tratamentos, mas aprimoramentos individuais que visam maior produtividade e maior ascensão social.

Dunker (2023) em seu capítulo, “a hipótese depressiva”, dispõe que o neoliberalismo não é só uma teoria econômica, tampouco um reflexo da valorização do consumismo como norma do processo de construção de identidade, mas representa uma nova moralidade, que indica qual deve ser o jeito de sofrer, não sendo este visto como obstáculo ao modo de produção, mas sim algo que pode ser produzido e manejado para fortalecer o desempenho do trabalhador, o que demonstra as características da política do sofrer nesse contexto, sendo: a individualização do sujeito, não mais visto enquanto coletivo; a intensificação do trabalho, em relação ao tempo, funções, prazos; e a sua instrumentalização, o funcionário e sua produção seriam interpretados como mercadorias (Dunker, Junior e Safatle, 2023).

Dunker então compara alguns traços das neuroses descritos por Freud com o que a lógica neoliberal os transformou ou como os utiliza, a princípio, a respeito do contato com os cuidadores na primeira infância, os momentos erógenos e disruptivos que são primordiais para a construção da fantasia da neurose e do modelo de viver afetos e sentimentos (Dunker, Junior e Safatle, 2023).

Ele ressalta que, através do autoconhecimento do indivíduo, que é desterritorializado, ou seja, difere do grupo familiar, da cultura que é regido, perde-se a noção de unidade do espírito, o que pode ocasionar na existência de desejos que se opõem, pulsões fragmentadas e novas unidades, identidades, ou fragmentações dessas em núcleos parciais. O autor então disserta que, no neoliberalismo, emergem diversas narrativas de identidades e contraidentidades, numa produção deslocalizada, que gera subjetividades também desterritorializadas, ou seja, que não apresentam um laço coletivo (Dunker, Junior e Safatle, 2023).

De acordo com Dunker et. al, no capítulo “Para uma arqueologia da psicologia neoliberal brasileira”, da mesma obra, o gerenciamento do sofrimento no neoliberalismo não tem como meta a perda de sentido e **CADERNOS DE PSICOLOGIA, Juiz de Fora, v. 7, n. 13, p.291-316, jul./dez. 2025 – ISSN 2674-9483.**

satisfação no trabalho, nem a frustração ou a angústia também presentes, mas sim uma defesa a essa ansiedade, uma forma de proteger o eu, através de mecanismos de defesa como a negação ou a racionalização. A partir dessa chamada “ideologia defensiva da profissão”, surge no trabalhador paralelos contraditórios, seja de replicação e criatividade, gozo ou desprazer, fazendo com que o sujeito se divida e interprete seu próprio sofrimento por essa via dual. Por meio dessa divisão, quando estocada e aumentada, ocorre uma certa síntese corpórea-mental, os sintomas, que em sua maioria, aparecem no corpo, como a fadiga crônica, insônia, empobrecimento da psique e demais traços psicossomáticos (Dunker, Junior e Safatle, 2023).

Assim, entende-se que o neoliberalismo lança mão de diversos recursos, não só para gerir o sofrimento da população, mas também para inserir na lógica social a naturalização desse sofrer, como se fosse intrínseco ao trabalho, assim como formas de amenizar esse sofrimento, encobrir ou parcialmente satisfazer a falta, através do consumismo exacerbado, materializando mais e mais mercadorias, objetos de prazer que rapidamente serão substituídos por uma versão mais recente.

Entende-se, com base no trabalho “Subjetividade neoliberal: apontamentos críticos para uma práxis emancipatória da Psicologia”, escrito por Daniela Mota et.al em 2021, que se torna tarefa da Psicologia se indagar sobre sua posição, pois auxilia no controle da população e, coercitivamente, participa na constante individualização e culpabilização do sujeito, estruturais do neoliberalismo, o que fomenta o discurso patologizante e medicalizante, ou seja, o discurso de que muitos dos problemas individuais seriam patologias a serem tratadas por medicações, mas não questões sociais e coletivas.

A partir da adoção de um modelo de indivíduo universal: homem branco, cis, hétero e burguês, o neoliberalismo exploratório é capaz de exercer toda sua força, assim, por meio da desconstrução desse parâmetro, retornando à atenção para os povos originários e para uma prática ativa e crítica, que não apague a história e que se direcione à mudança através da ação, seria possível se retirar de um lugar de cumplicidade com o neoliberalismo e se tornar ferramenta de emancipação social (Mota, *et. al*, 2021).

### 3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Entende-se, através da análise realizada pelos diversos autores apresentados ao longo do artigo, que a lógica neoliberal age em instâncias indissociáveis a vida humana contemporânea, principalmente no que tange o trabalho, o consumo e a propaganda. O “neossujeito” fica diante de opções infundáveis, objetos de prazer que podem ser trocados a qualquer momento mediante sua vontade, num regimento de lei no qual tudo é possível, numa frequente instrumentalização do outro, que é interpretado como mais um objeto de satisfação que deve ser benéfico, explorado, ou então, deixado e trocado.

Apesar do trabalhador ser incentivado a se integrar nessa racionalidade, a enxergar o mundo dessa maneira, também percebe que é a assim que o mundo lhe enxerga, mais um rival para a vaga, mais um colega de trabalho que pode tomar a comissão para si ou receber uma promoção que é desejada. A insegurança, a desconfiança e sua individualização, seu enfraquecimento coletivo, ocorrem por serem recursos da lógica neoliberal para gerir seu sofrimento com o intuito de melhorar sua produtividade, pois se podem roubar seu cargo, logo precisa produzir mais para que isso não ocorra.

O que chama atenção é o paralelo da instauração desse sentimento de competitividade com o líder tribal no totemismo descrito por Freud. O neoliberalismo, no lugar desse totem, impede que seu clã se una para derrubá-lo, como os irmãos no caso descrito pelo psicanalista, criando desconfiança e rivalidade entre estes, assegurando que não será ameaçado, uma vez que somente através da coletividade o totem poderia ser assassinado e assimilado.

Percebe-se também como alguns fenômenos se relacionam com esse fim, sem a insegurança salarial e de posição, a informalização do trabalho e a diminuição dos direitos trabalhistas, uma união trabalhista seria mais possível, entretanto, ameaçado e constantemente alarmado em relação a sua sobrevivência, o trabalhador é impulsionado a preocupar-se somente consigo e não com a luta coletiva ou a solidariedade. Ao enfatizar os valores mercadológicos e a ânsia pelo consumo, enfraquece a família, os círculos

sociais, as tradições religiosas e a cultura, o que facilita a introjeção dos ideais neoliberais e dificulta a busca por objetos de prazer nessas outras instâncias.

Ao ocupar mais o tempo do trabalhador, que muitas vezes trabalha no local do empregador e em sua casa, diminui suas possibilidades de lazer, de construção de si mesmo em contato com o mundo, a natureza e seus desejos, influenciando-o a enxergar o trabalho como sua principal fonte, não só de renda, ou seja, de sobrevivência, mas também de felicidade, sucesso e gozo. Quando isso não ocorre, o trabalhador é interpretado como falho, que algo em si estaria impedindo sua realização, portanto deve procurar ajuda profissional, ser medicado e retornar à produção assim que possível, pois conseguiria se sentir realizado com o trabalho ao tratar aquilo que lhe impedia, que estaria individualizado, do eu, não do contexto da racionalidade neoliberal.

Percebe-se então que há, não só gestão do sofrimento do trabalhador no neoliberalismo, mas uma interação com a rede farmacológica, com as grandes empresas e suas propagandas, com a formação subjetiva do trabalhador, no molde do que deseja, de como interpreta seus colegas e os outros, como aproveita seu tempo e o que considera prazer e desprazer. O presente trabalho entende que a lógica neoliberal altera e cria subjetividades como uma política, um projeto, que possibilite maior controle do trabalhador e uma identificação feroz com o trabalho, enquanto apresenta pontos para a reflexão de que isso ocorre por diversos motivos, sejam diretamente ligados a situação do trabalhador no século XXI ou, por exemplo, na possibilidade de uma certa perversificação no contato com objeto, uma vez que tudo é possível, tudo deve ser explorado, é benéfico que se pense somente em si e no próprio sucesso.

Por meio das teorias apresentadas até essas considerações, vê-se possível afirmar que o neoliberalismo afeta a subjetividade do trabalhador, possivelmente por meio do seu gerenciamento, como realiza com o sofrimento, ou pela influência em seu processo formativo, utilizando a mudança cultural, em relação aos objetos de prazer, as instâncias da vida humana e ao enfraquecimento coletivo, auxiliando o processo das subjetividades se construírem de acordo com a racionalidade neoliberal, de maneira individualizada e desterritorializada.

Sendo assim, incentiva-se maior aprofundamento do estudo em relação a subjetividade do trabalhador frente ao neoliberalismo, para que possa refletir-se sobre a posição da Psicologia nesse contexto, como deve agir para que ocorra certa emancipação social e pessoal, dos valores neoliberais. A escuta e o atenção, não só aos trabalhadores no geral, mas principalmente aqueles marginalizados pela noção de inclusão/exclusão totêmica, ou seja, os grupos conhecidos como minoritários e originários, seria um caminho para o fortalecimento de instâncias sobrepostas pelo mercado e da subjetividade se moldar mais de acordo com o laço coletivo e com essas outras instâncias.

## REFERÊNCIAS

DARDOT, Pierre. LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal**. Tradução de Mariana Echalar. São Paulo: Boitempo, 2016.

DUNKER, Christian. JUNIOR, Nelson. SAFATLE, Vladimir. **Neoliberalismo como gestão do sofrimento psíquico**. Belo Horizonte: Autêntica, 2023.

FERNÁNDEZ, Yolvi. GUILLÉN, Doris. A revisão bibliográfica como metodologia de pesquisa. **Revista Tempos e espaços em educação**, v.14, p. 3-5, março, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufs.br/revtee/article/view/15614/11680>. Acesso em: 23 maio 2024.

FILHO, Raul. O capitalismo neoliberal e seu sujeito. **Revista Mental**, v. 3, n. 4, junho, 2005. Disponível em: [https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1679-44272005000100011](https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-44272005000100011). Acesso em: 15 outubro 2024.

FIORINI, Leticia. Desconstruindo o conceito de função paterna: um paradigma interpelado. **Revista de Psicanálise da Sociedade Psicanalítica de Porto Alegre**, v. 22, n. 2, p. 480-489, agosto, 2015. Disponível em: <https://biblat.unam.mx/hevila/RevistadepsicanalisedasociedadepsicanaliticadePortoAlegre/2015/vol22/no2/11.pdf>. Acesso em: 28 setembro 2024.

FREUD, Sigmund (1908). Moral sexual “civilizada” e doença nervosa moderna, in **Obras completas de Sigmund Freud**. Rio de Janeiro: Imago, vol. 9, 1996, p. 167-186.

FREUD, Sigmund (1913). Totem e tabu, in **Obras Completas de Sigmund Freud**. Rio de Janeiro: Imago, vol. 13, 1996, p. 13-163.

**CADERNOS DE PSICOLOGIA, Juiz de Fora, v. 7, n. 13, p.291-316, jul./dez. 2025 – ISSN 2674-9483.**

FREUD, Sigmund (1924a). A dissolução do complexo de Édipo, in **Obras Completas de Sigmund Freud**. Rio de Janeiro: Imago, vol. 19, 1996, p.193-199.

FREUD, Sigmund (1929-30). O mal-estar na civilização, in **Obras Completas de Sigmund Freud**. Rio de Janeiro: Imago, vol. 21, 1996, p. 67-148.

LEBRUN, J. P. **A perversão comum; viver juntos sem o outro**. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 2010.

LYOTARD J.F. (1986). **O pós-moderno**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1991.

MARX, Karl. **Manuscritos econômico-filosóficos**. Tradução de Jesus Ranieri. São Paulo: Boitempo, 2004.

MARX, Karl. **O Capital: crítica da economia política**, Livro 1. Tradução de Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013.

OLIVEIRA, C. Neoliberalismo, sofrimento e indiferença. **Revista Katálisis**, v. 25, p. 365-373, maio, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rk/a/8KY5H7rgCP9nPzZjbWRsB8q/>. Acesso em: 23 maio 2024.

RAMIREZ, Heloísa. Sobre a metáfora paterna e a forclusão do nome-do-pai: uma introdução. **Revista Mental**, v. 2, n. 3, novembro, 2004. Disponível em: [https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1679-44272004000200008#nota](https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-44272004000200008#nota). Acesso em: 28 setembro 2024.